

dos incêndios ao apagão

Hélder Martins

Televisão Electrónica Portuguesa, Lda.

Desde os incêndios florestais registados em outubro de 2017, os quais causaram várias dezenas de mortos, até ao recente apagão da rede elétrica nacional registado em abril de 2025, em Portugal pouco ou nada se tem feito relativamente à melhoria da qualidade das infraestruturas de telecomunicações em situações críticas.



O SIRESP, Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, mais parece ter sido desenvolvido por políticos e não por técnicos. Em 2017, não funcionou porque parte das fibras óticas arderam e em 2025 colapsou igualmente, desta vez por falta de energia elétrica.

Numa situação crítica é fundamental fazer chegar informação fidedigna às populações, de forma a que possam seguir as instruções das autoridades e manterem-se informadas.

Existe uma recomendação da Comissão Europeia para que cada Estado-Membro desenvolvesse um kit de emergência com base na posição geopolítica e geoestratégica em que está. Todos os Estados-Membros, incluindo Portugal, colocaram o rádio a pilhas como item fundamental a fazer parte do conjunto.

Em particular, neste último episódio do apagão, vários edifícios públicos e privados estavam preparados com sistemas complementares de alimentação elétrica através de baterias ou geradores. No entanto, dentro desta pequena minoria nem todos conseguiram aceder às instruções das autoridades e manterem-se informados. Isto porque, entretanto, os serviços dos operadores colapsaram e o sinal de internet e televisão deixou de estar disponível.

“ Numa situação crítica é fundamental fazer chegar informação fidedigna às populações, de forma a que possam seguir as instruções das autoridades e manterem-se informadas.

Se refletirmos, os serviços de rádio (FM), a televisão digital terrestre (UHF) e televisão digital terrestre complementar (SAT) não colapsaram nos eventos dos incêndios nem do apagão.

Será que lhes atribuímos o devido valor?

As infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED) obrigam à instalação de antena UHF apenas nos edifícios coletivos. Talvez se devesse atribuir a real importância a estes serviços e incluir a obrigatoriedade da disponibilidade do serviço de TDT e FM nas tomadas de qualquer infraestrutura de telecomunicações de edifício. Houve o investimento de milhares de euros em sistemas redundantes nos edifícios através de baterias ou geradores, e depois o televisor ou o rádio não funcionaram por ausência de sinal, porque não se instalou uma antena que, comparativamente aos valores investidos, teria um impacto insignificante.

“ As infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED) obrigam à instalação de antena UHF apenas nos edifícios coletivos. Talvez se devesse atribuir a real importância a estes serviços e incluir a obrigatoriedade da disponibilidade do serviço de TDT e FM nas tomadas de qualquer infraestrutura de telecomunicações de edifício.

Embora os sistemas dos operadores possuam sistemas de alimentação auxiliares, estes têm uma duração limitada, assim como a bateria dos dispositivos móveis.

Em situações de catástrofe, as medidas corretivas nas telecomunicações incluem o restauro da comunicação e a implementação de medidas de resiliência para garantir a continuidade dos serviços. Isso pode envolver a reparação de infraestruturas danificadas, a utilização de tecnologias alternativas para comunicação em caso de falha das tradicionais e a implementação de planos de comunicação de emergência para garantir que a informação chegue às pessoas afetadas.

“ Em situações de catástrofe, as medidas corretivas nas telecomunicações incluem o restauro da comunicação e a implementação de medidas de resiliência para garantir a continuidade dos serviços.

O tempo de resposta para a reposição dos sistemas de comunicações afetados é crucial para a definição das soluções alternativas a adotar. Os eventos ocorridos durante uma situação crítica podem ter a duração de horas, dias ou até semanas.

A aplicação de medidas corretivas, nestes casos, é fundamental para garantir que a comunicação chegue às populações. Prever a existência de tecnologias de comunicações concorrentes é fundamental para garantir informações em situações de emergência, mesmo quando as redes dos operadores de serviços de telecomunicações estejam fora de serviço. ■